



10 DE MARÇO DE 2017 - Telesíntese

Velocidade média da banda larga no Brasil continua a aumentar

Estudo da Akamai com dados do quarto trimestre de 2016 mostra que, apesar da melhora, qualidade do acesso ainda está abaixo da média mundial.

A velocidade média do acesso em banda larga no Brasil continua a aumentar, conforme estudo divulgado pela Akamai. A empresa oferece serviços de gerenciamento de redes de transporte, em todo o mundo, e mede o tráfego nos países onde atua. Aqui, os acessos tinham velocidade de navegação de 6,4 Mbps, em média, no quarto trimestre de 2016. A edição anterior, do terceiro trimestre, mostrava média de 5,5 Mbps. Em relação ao quarto trimestre de 2015, houve um aumento de 55% na velocidade média de navegação do brasileiro.

Com o avanço, o país subiu duas posições no ranking mundial da banda larga. Passou ao 85º lugar, atrás dos vizinhos latino-americanos Chile (60), Uruguai (62) e México (74), todos com números acima da média mundial.

O Brasil ainda aparece longe dessa média, que ficou em 7 Mbps. Esta melhorou 26% ano

a ano. A Coreia do Sul segue firme no topo da lista dos mais de 200 países analisados, com uma velocidade de 26,1 Mbps, e 97% das residências com acessos de velocidade igual ou superior a 4 Mbps. Os dados reúnem informações tanto de acessos fixos, quanto móveis.

No Brasil, 59% dos acessos em banda larga no país têm velocidade acima de 4 Mbps. Um ano antes, eram 52%. Vale lembrar que a pesquisa pesquisa ressalta o fato de 75% das residências do Brasil não terem conexão fixa de banda larga, conforme dados da Anatel.

A Akamai identifica o apetite voraz do consumidor brasileiro pelas conexões ultrarrápidas. Segundo o material, houve um crescimento de 452% nas conexões de 10 Mbps ou mais, que representaram 16% do total; as conexões de 15 Mbps ou mais cresceram 537%, e terminaram o ano como 5% do total.

Banda larga móvel

A Akamai também elencou o desempenho das redes móveis mundo afora. Neste caso, Brasil ficou com velocidade média de 4,7 Mbps. No trimestre anterior, era de 4 Mbps. Nesta análise, o ranking tem apenas 61 países. O líder em velocidade foi o Reino Unido, com 23,7 Mbps. O pior resultado foi da Venezuela, com 2,0 Mbps. Nas Américas, a velocidade do Brasil supera apenas Argentina (4 Mbps), Bolívia (4,3 Mbps), Equador (4,4 Mbps), Panamá (3,6 Mbps), Uruguai (4,2 Mbps) e a Venezuela.

Esta será a última edição em formato de relatório do estudo. A partir de agora, a Akamai vai publicar o conjunto dos dados, com gráficos configuráveis apenas em uma plataforma online, a exemplo do que faz a Cisco com seu índice VNI, ou como já fez a GSMA com a mais recente divulgação do estudo de impacto econômico do setor de telecomunicações.

10/03/2017 - Telesíntese

Gateway: Gilat vence a disputa e vai ser a fornecedora do satélite da telebras

Integradora de soluções terrestres para comunicação via satélite, a Gilat disputou com a STMEA, ligada à norte-americana EMC, também do segmento terrestre de satélite. A disputa foi acirrada, envolveu licitação suspensa e lobby político junto ao Tribunal de Contas da União.

A Gilat do Brasil, subsidiária da israelense Gilat, conhecida integradora de sistemas terrestres para comunicação via satélite, é quem vai fornecer as gateways do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação – SGDC que ainda faltam ser instaladas. A Comissão de Licitação não aceitou o recurso administrativo impetrado pela STMEA, dos Emirados Árabes, concorrente classificada em primeiro lugar, mas desclassificada pela referida comissão, e manteve a decisão de declarar vencedora a Gilat. antena-telebras-sgdc-divulgacao-01

No site da Telebras o processo ainda permanece como “Licitação em andamen-

to”, mas diretor da empresa garante que o assunto já está resolvido. A licitação envolve a contratação de três sistemas de transmissão em radiofrequências (RTF), com soluções e tecnologias de ponta que possam ser empregadas como elementos de comunicação na rede de banda larga em banda Ka a ser implementada como o SGDC. Os novos gateways vão ser instalados Campo Grande (MS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). Hoje, já estão em funcionamento os gateways localizados em Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ).

Licitação conturbada

A primeira fase de abertura dos preços da licitação dos gateways, que envolvia também

compra de VSATs, acabou suspensa pelo TCU. E foi suspensa por ação de um parlamentar questionou os processos adotados pela estatal, utilizando, por sinal, os mesmos argumentos usados em recurso administrativo impetrado pela Gilat, que tinha perdido a licitação daquela vez. A então primeira classificada em preço, que não chegou a ser declarada vencedora pela Comissão de Licitação da época, foi a STMEA, subsidiária da STM, que por sua vez tem como sócia a EMC, uma integradora de soluções de satélite com sede nos Estados Unidos.

Leia mais em: <http://migre.me/wek1K>



10/03/2017 - 16h28 - Sinttel-ES

CUT-ES convoca para paralisação nacional no dia 15, às 7h, Pça. Goiabeiras

DIA 15 DE MARÇO: DIA NACIONAL DE PARALISAÇÕES!

Os golpistas estão avançando a passos largos no sentido de retirar os direitos dos/as trabalhadores/as, em especial a destruição da previdência pública.

A Comissão Especial da Reforma da Previdência, presidida pelo deputado Carlos Marum (PMDB/MS), tendo como relator o deputado Artur Maia (PPS/BA), analisará a PEC 287/16 em 40 sessões. O prazo para apresentação de emendas é de 10 sessões. Desde a instalação da Comissão, em apenas dois dias (15 e 16 de fevereiro) já realizaram duas sessões. Existe a previsão de que o relatório seja votado na Comissão Especial no dia 16 de março, ou seja, um dia depois do dia nacional de paralisação.

Essa agenda mostra que os golpistas querem usar sua maioria parlamentar e o apoio da mídia para acelerar o processo ao máximo e para passar o trator sobre os direitos dos/as trabalhadores/as em tempo recorde, sem qualquer debate com a sociedade. Essa situação torna ainda mais importante o papel da CUT, das entidades filiadas, dos movimentos sociais e de todos os setores organizados da sociedade civil na construção de um grande dia nacional de paralisações.

É hora de pressionarmos os deputados federais e senadores a votarem contra o projeto que acaba com a aposentadoria.

Concentração na Praça de Goiabeiras, em Vitória

Às 7h – caminhada rumo ao aeroporto de Vitória

12 de março de 2017 - Vermelho

Empresa de relator da Previdência está na lista de devedores do INSS

Um dos argumentos dos críticos à proposta de reforma da Previdência de Michel Temer (PMDB) é de que o governo que diz que o sistema é deficitário deveria cobrar os deveres do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Entre os quais, o relator da reforma na Câmara dos Deputados, Arthur Maia (PPS-BA), que é sócio de uma empresa que está na lista de devedores.

Deputado Arthur Maia (PPS-BA) Segundo matéria publicada pelo site UOL, o débito da empresa de Maia é estimado em R\$ 151,9 mil, se refere a tributos previdenciários não pagos por uma distribuidora de combustíveis da qual Maia é

sócio no interior da Bahia.

O deputado afirma que parcelou a dívida em 2013 e que, desde então, vem pagando seus débitos em dia. Mas não é o que diz a Receita Federal, que informa que o parcelamento de dívidas não muda a condição de devedor de um contribuinte.

"Os débitos ainda estão devidos em nossos sistemas, mas isso não impede que o contribuinte obtenha sua Certidão Positiva com Efeitos de Negativa após a análise de regularidade do pagamento das parcelas", disse a Receita Federal por meio de sua assessoria de imprensa.

A reportagem informa ainda que este não é

o único parcelamento feito pela Lapa Distribuidora. Anos antes, a empresa havia aderido a outro programa, mas, diante das vantagens apresentadas pelo Refis de 2013, o comando da empresa decidiu abandonar o antigo parcelamento.

Enquanto parcela as dívidas tributárias das suas empresas, Maia defende na Câmara leis mais duras para devedores da Previdência.

"A minha ideia como relator é que possamos endurecer as normas contra aqueles que deixam de pagar o INSS, inclusive as empresas privadas", disse durante uma audiência pública da comissão da Reforma da Previdência.

Dieese mostra que bancos fecharam quase 50 mil vagas em 5 anos

Os bancos eliminaram 48.757 postos de trabalho nos últimos 5 anos, de fevereiro de 2012 até janeiro. É o que mostra estudo do Dieese, apresentado nesta quinta-feira (9) durante congresso extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em São Paulo. Entre as ocupações que perderam espaço, os escriturários são os mais afetados, com 15.654 postos de trabalho fechados, seguidos pelos caixas, com redução de 5.148 vagas.

Somente entre março de 2015 e janeiro último, a Caixa Econômica Federal fechou 4.907 postos de trabalho. Segundo a economista do Dieese Vivian Machado, a pesquisa também revela que as operações via internet banking e mobile banking já concentravam, em 2015, 54% das transações bancárias. Nesse período, as operações nas agências bancárias caíram para 8%. A

economista também apresentou um quadro com as transações bancárias em 2016: no Itaú e no Bradesco, as operações por canais virtuais já são mais de 70%.

"A categoria bancária é muito impactada pelas novas tecnologias. O trabalho se transforma ao longo do tempo e neste momento há uma mudança muito radical em todo o mundo. Está surgindo o proletariado precário. Vai existir uma grande massa de trabalhadores que vai ficar com os piores salários e os piores trabalhos", afirmou o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten. "Além da tecnologia, estamos vivendo uma crise econômica e um ataque brutal de retirada de direitos e Previdência, que complica ainda mais a situação."

LEIA MAIS EM: <http://migre.me/weING>



12 de março de 2017 - Vermelho

Estratégia de privatização de Temer na Petrobras desrespeita a lei

Em minucioso estudo, os Consultores Legislativos Paulo César Ribeiro Lima, da área Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos; e Pedro Garrido da Costa Lima, da Área de Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional, demonstram que o "novo" plano de desinvestimentos da Petrobras indica "o fim do principal projeto nacional, criado em 1953, por iniciativa do então presidente Getúlio Vargas, que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos".

Destaca o texto que estão em curso no Brasil, "privatizações e vendas ilegais de ativos no Sistema Petrobrás". Além de ilegais, essas operações, previstas nos Planos de Negócios e Gestão da Petrobras 2015-2019 e 2017-2021, não se justificam tecnicamente.

"A venda do controle acionário da Nova Transportadora do Sudeste – NTS e da BR Distribuidora são, de fato, privatizações, sem atendimento à Lei nº 9.491/1997. O art. 3º dessa Lei veda a privatização de empresas estatais que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos do art. 177 da Constituição Federal. Esse é o caso da NTS, pois atividades de transporte de gás natural por conduto é monopólio da União.

Caso não seja vedada a desestatização, como é o caso da BR Distribuidora, a Lei nº 9.491/1997 e seu decreto regulamentador, Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, estabelecem, entre outras, as seguintes exigências para que uma empresa federal seja privatizada:

- recomendação do Conselho Nacional de Desestatização – CND, para aprovação do Presidente da República, de inclusão ou exclusão de empresas, inclusive participações minoritárias, no Programa Nacional de Desestatização;
- depósito das ações da empresa no Fundo Nacional de Desestatização – FND;
- divulgação dos processos de desestatização pelo gestor do FND;
- publicação de edital, com justificativa da privatização;
- indicação do valor econômico da empresa bem como outros parâmetros que venham a ser julgados necessários à fixação do valor de alienação;
- auditoria dos processos de desestatização por auditor externo independente, contratado por licitação pública;
- oferta de parte das ações aos empregados da empresa;
- licitação.

Os dispositivos da Lei nº 9.491/1997 atendem aos princípios norteadores da Administração Pública especificados no caput do art. 37 da Constituição Federal. Entre tais princípios, destacam-se a impessoalidade e a publicidade, de maneira a possibilitar a sua fiscalização por órgãos do Estado e pela própria sociedade. É por meio de licitações públicas que esses princípios são assegurados. Não há amparo, na legislação brasileira, para uma empresa estatal privatizar e alienar ativos estratégicos sem licitação pública.

No caso de alienações, como a venda da participação em Carcará,

por exemplo, não há amparo legal na Lei nº 9.478/1997, que trata apenas de aquisições. Importa ressaltar que, nos termos do § 3º do art. 91 da Lei nº 13.303/2016, permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até 24 meses após a entrada em vigência dessa recente Lei. Assim sendo, precisam ser atendidos os dispositivos da Lei nº 8.666/1993.

As privatizações e alienações em curso no Sistema Petrobrás representam um grande retrocesso. É o predomínio da visão financeira de curto prazo sobre a visão estratégica de longo prazo que deve nortear a gestão de um sistema histórico e tão singular para a economia nacional.

São muito graves as decisões de saída do setor petroquímico, de fertilizantes e de biocombustíveis, e de haver grande concentração na produção de petróleo, haja vista a tendência futura de alteração da matriz energética mundial. O setor de energia passará por grandes transformações nas próximas décadas, tanto por questões ambientais quanto por questões tecnológicas.

Também grave é a privatização da BR Distribuidora. As empresas distribuidoras são fundamentais para todas as grandes petrolíferas mundiais, como a ExxonMobil, Shell, Total e BP, tanto do ponto de vista financeiro quanto estratégico. É a partir das distribuidoras que as empresas mostram sua marca para o grande público.

A empresa estatal integrada e verticalizada do poço ao posto, presente em todo o território nacional, proprietária e operadora de oleodutos, gasodutos, terminais, refinarias, fábricas de fertilizantes, unidades petroquímicas, plantas de biocombustíveis e termelétricas pode ser desintegrada pelo PNG 2017-2021.

Uma empresa do porte e importância da Petrobrás para o País não pode ser resumida à visão financeira de curto prazo. Existem alternativas para a solução de problemas de ordem financeira da estatal sem vender, ilegalmente, ativos estratégicos. Basta que a alavancagem da empresa de 2,5 seja obtida em 2019, em vez de 2018. Para um sistema que projeta geração operacional de caixa de US\$ 158 bilhões, após dividendos, é relativamente pequena a parcela de US\$ 19 bilhões de desinvestimentos.

Em suma, estamos diante de uma grande omissão do Poder Público, pois não cabe aos administradores da Petrobrás a definição de políticas públicas de privatização. Há necessidade de um rigor muito maior da definição dos ativos a serem vendidos. Privatizações somente deveriam ocorrer a partir do estabelecimento de uma política pública, como dispõe a Lei nº 9.491/1997.

No mérito, o PNG 2017-2021 e o programa de desinvestimentos da Petrobrás não se mostram apropriados para o Brasil nem para a própria empresa. Eles sinalizam para o fim de um projeto nacional que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos do País, grande impulsionador da economia nacional.



12/03/2017 - Portal Vermelho

"Não há como deixar de chegar no PSDB", adverte Dilma a Gilmar Mendes

Convidada para participar do Festival Internacional de Filmes de Direitos Humanos, em Genebra, a presidenta eleita Dilma Rousseff rebateu a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, que, agora com delatores citando o envolvimento de membros da cúpula do PMDB e PSDB, diz que doações em caixa dois podem não configurar corrupção.

"Por que será que ele fala sobre isso agora?", questiona Dilma. E completa: "Acho isso muito interessante. Passei toda uma campanha eleitoral e nunca ouvi isso. Acho que uma coisa está mudando. Não há como deixar de chegar no PSDB", afirmou Dilma com ironia aos jornalistas no evento.

Dilma enfatizou que foi vítima de uma conspiração política que não trouxe paz nem desenvolvimento ao Brasil. "Vivemos uma situação indefinida no Brasil e ninguém sabe como as coisas vão se desenrolar", afirmou.

Ela também defendeu o legado de seu governo e destacou os programas sociais, citando ainda a transposição do Rio São Francisco como um legado deixado pelo ex-presidente Lula. Nesta sexta (10), a obra do trecho leste foi inaugurada por Michel Temer.

Se referindo a ele como "presidente ilegítimo", Dilma disse que Temer não pode buscar melhorar sua popularidade "em cima da obra alheia".

Sem citar o nome de seu sucessor, a quem chamou de "presidente ilegítimo", Dilma afirmou que Temer não pode tentar melhorar sua popularidade "em cima da obra alheia".

Ainda segundo a ex-presidente, o governo atual representa uma ameaça ao conjunto de políticas sociais implementadas durante o seu mandato. Ela também atribui a Temer a degradação do cenário eco-

nômico brasileiro. "Embora a imprensa diga que a situação econômica esteja melhorando, tanto a crise econômica quanto a crise política se aprofundaram", afirmou.

Perguntada sobre Lula, ela afirmou que o maior objetivo político no Brasil no momento é garantir que ele se candidate nas eleições de 2018. "Assegurar que Lula seja candidato é fundamental", disse Dilma. Segundo ela, Lula atravessou um período no qual todos os meios de comunicação estavam contra ele, mas, apesar de tudo que fizeram contra o ex-presidente, "ele é o primeiro nas pesquisas".

Dilma negou ter recebido propina da construtora ou de outras empresas em suas campanhas. "Nunca pedi propinas, nunca recebi propinas, e, de fato, nunca falei com todos aqueles que agora estão sendo investigados ou presos por terem pago propinas", afirmou ela, que foi citada na delação premiada da Odebrecht.

Sobre a crise, Dilma também citou fatores externos como "a queda mundial do preço das commodities e o fim do 'quantitative easing' (afrouxamento monetário) nos EUA", como alguns dos responsáveis pela crise econômica no Brasil. Dilma também fez uma auto-crítica sobre suas políticas no governo.

"Achei que, diminuindo impostos do setor privado, teria um aumento dos investimentos. Me arrependo disso. Fragilizei o lado fiscal e, em vez de investirem, eles aumentaram a margem de lucros", refletiu a ex-presidente.

Após o festival, Dilma deve se encontrar com parlamentares suíços e relatores de direitos humanos, além de participar de um reunião na sede da Organização Internacional do Trabalho e de uma palestra no Graduate Institute of Geneva, um centro de estudos de Relações Internacionais, para falar sobre o futuro da luta contra o neoliberalismo.

13/03/2017 - Carta Capital

Tereza Campello: "O Brasil não pode esquecer a tragédia neoliberal"

Analisar a evolução da pobreza nas últimas décadas é fundamental para prever os resultados danosos das reformas de Temer, diz a ex-ministra

Se hoje o Brasil tem 80% dos idosos cobertos pela seguridade, no futuro próximo esse percentual pode cair drasticamente, semelhante ao que ocorreu no México, onde apenas 23% dos cidadãos com mais de 65 anos recebe aposentadoria. O alerta é de Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social de Dilma Rousseff.

"A elevação da idade mínima da aposentadoria e do tempo de contribuição vai, naturalmente, jogar uma grande parcela dos idosos no Benefício de Prestação Continuada, o que já acontece com muitos

cidadãos que trabalharam a maior parte da vida na informalidade", diz. Isso não significa, porém, que os mais pobres estarão protegidos.

O BPC é pago a portadores de graves deficiências e a cidadãos com mais de 65 anos que possuem renda inferior a um quarto de salário mínimo. O problema é que o governo Temer pretende aumentar para 70 anos a idade mínima para a concessão do provento.

Leia mais em: <http://migre.me/wekrj>